

Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências

Atualizado em setembro de 2020

A Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências (SGFT), criada por meio do [Decreto nº 9.674, de 2 de janeiro de 2019](#), fortaleceu a governança do Ministério contribuindo com a desburocratização e a transparência no uso de recursos públicos, elementos fundamentais para uma administração pública de qualidade.

Com o objetivo de definir medidas para regularizar o passivo de prestação de contas do Ministério da Cidadania, foi instituído, por meio da [Portaria nº 326, de 13 de fevereiro de 2019](#), Grupo de Trabalho temático responsável por apresentar proposições e medidas para aprimorar a fiscalização, avaliação de resultados e monitoramento dos projetos, ações e programas.

Benefícios alcançados com a criação da SGFT

- ✓ Centralização das equipes de execução orçamentária e financeira
- ✓ Simplificação dos procedimentos
- ✓ Ganho de escala
- ✓ Maior sinergia na gestão estratégica de dados e informações
- ✓ Centralidade de decisões

A publicação da [Portaria nº 942, de 17 de maio de 2019](#), atribuiu à Secretaria a decisão sobre a aprovação da prestação de contas e autorização acerca da suspensão ou cancelamento, no âmbito das Diretorias integrantes da estrutura administrativa da Secretaria, dos registros de inadimplência nos sistemas da Administração Pública Federal.

Cabe mencionar que a estrutura do Ministério da Cidadania foi modificada pelo [Decreto nº 10.357, de 20 de maio de 2020](#), o que acarretou em alteração na estrutura da SGFT, tendo como principal

mudança a saída da Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Cultura.

Assim, alinhada aos objetivos estratégicos do Ministério de aprimorar estruturas e mecanismos de governança e gestão e de implementar uma gestão orçamentária e financeira de forma ágil, responsável e transparente, a SGFT está estruturada em duas diretorias: Diretoria-Executiva do Fundo Nacional da Assistência Social (DEFNAS) e Diretoria das Transferências do Esporte e do Desenvolvimento Social (DTEDS).

A execução orçamentária de janeiro a setembro de 2020, dos recursos executados pela SGFT, alcançou cerca de 93% de recursos empenhados da dotação atual que é de R\$ 63.158.165.441,00. O que representa geração de valor público relativo à transparência ativa e publicidade da utilização dos recursos públicos.

Valor Público

As prestações de contas geraram valor público associado de mais de **R\$ 24 milhões** ressarcidos ao erário



Sendo concluídas **1.973** prestações de contas perfazendo o valor de **R\$ 877.876.801,55**

O quadro abaixo retrata os dados sobre as prestações de contas, referência de 01 de janeiro de 2020 a 30 de setembro de 2020.

SECRETARIA DE GESTÃO DE FUNDOS E TRANSFERÊNCIAS	
Qt. de prestação de contas concluídas	1.973
Valor de recursos envolvidos das prestações de contas concluídas	R\$877.876.801,55
Qt. De TCE's instauradas	81
Qt. de parcelamentos firmados no ano	8
Valor ressarcido ao erário	R\$24.226.568,17

FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Qt. de prestação de contas concluídas	1.558
Valor de recursos envolvidos das prestações de contas concluídas	R\$ 594.806.041,40
Qt. De TCE's instauradas	55
Qt. de parcelamentos firmados	2
Valor ressarcido ao erário	R\$ 7.040.243,53

DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
Qt. de prestação de contas concluídas	82
Valor de recursos envolvidos das prestações de contas concluídas	R\$ 130.044.524,42
Qt. De TCE's instauradas	5
Qt. de parcelamentos firmados no ano	0
Valor ressarcido ao erário	R\$ 10.384.943,32

ESPORTE	
Qt. de prestação de contas concluídas	333
Valor de recursos envolvidos das prestações de contas concluídas	R\$153.026.235,73
Qt. De TCE's instauradas	21
Qt. de parcelamentos firmados no ano	6
Valor ressarcido ao erário	R\$6.801.381,32

Auxílio Emergencial

No ano de 2020, em decorrência da situação pandêmica ocasionada pelo o Sars-COV2 / COVID-19, foi criado o auxílio emergencial pela [Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020](#). O referido auxílio, aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República,

é um benefício que tem como objetivo garantir uma renda mínima aos brasileiros em situação mais vulnerável durante a pandemia do Covid-19 (novo coronavírus). Em 02 de setembro de 2020, a Presidência da República publicou a [Medida Provisória nº 1.000](#) instituindo o auxílio emergencial residual.

Com isso, a SGFT agregou em suas competências e em seus processos de trabalho a execução orçamentária e financeira do auxílio emergencial, bem como sua consolidação.

A SGFT empenhou para descentralização à Caixa Econômica Federal o valor de R\$ 270.474.514.825,63 com o intuito da realização dos pagamentos das parcelas do auxílio emergencial.

Diretoria-Executiva do Fundo Nacional da Assistência Social

A Diretoria-Executiva é responsável pelas atividades de planejamento, execução orçamentária, financeira e contábil, pelo acompanhamento da execução dos instrumentos de transferências e pela análise física e financeira da prestação de contas do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

O FNAS, instituído pela [Lei Orgânica da Assistência Social](#), tem como objetivo proporcionar recursos para cofinanciar gestão, serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social.

De janeiro a 30 de setembro de 2020, as transferências de recursos do FNAS foram realizadas a partir das modalidades convenial e fundo a fundo. Foram firmados 229 instrumentos entre convênios e

contratos de repasse, o que totalizou o valor de R\$ 30.626.193,53. Quanto aos recursos oriundos de emenda parlamentar ou de programação orçamentária própria, foram repassados R\$ 229.477.648,80, totalizando 1.309 programações, sob a forma de transferências na modalidade fundo a fundo.

Quanto ao financiamento da gestão, serviços e programas socioassistenciais, transferidos na modalidade fundo a fundo, foram realizados repasses no total de R\$ 3.910.266.404,93 para fundos estaduais, municipais e do Distrito Federal.

SECRETARIA	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	% EMPENHADO
SNAS - FNAS	R\$ 66.291.525.161	R\$ 62.017.313.221	94%
SNAS - DIRETA	R\$ 47.448.634	R\$ 32.475.518	68%

Tabela abaixo mostra os recursos recebido de outras Unidades Gestoras

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	CRÉDITO RECEBIDO	EMPENHADO	% EMPENHADO
Enfrentamento da Emergencial de Saúde (COVID Seg. Alimentar)	R\$ 31.017.628	R\$ 30.467.628	98 %
Desenvolvimento Integral na Primeira Infância – Criança Feliz	R\$ 387.377.821	R\$ 387.377.821	100%
Serviço de Apoio a Gestão Descentralizada ao Programa Bolsa Família	R\$ 550.770.000	R\$ 550.770.000	100%

A Diretoria-Executiva do FNAS busca continuamente o aprimoramento, a qualificação e a melhoria dos processos de trabalho visando alcançar uma gestão mais qualificada. Mais

informações sobre a Diretoria-Executiva do FNAS podem ser acessadas pelo [Blog FNAS](#).

Diretoria das Transferências do Esporte e do Desenvolvimento Social

A Diretoria das Transferências do Esporte e do Desenvolvimento Social tem o objetivo de centralizar a execução orçamentária, financeira e contábil dos recursos transferidos pela Secretaria Especial do Esporte e pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, exceto os recursos do FNAS.

AGREGAÇÃO	SECRETARIA	DOTAÇÃO ATUAL	EMPENHADO	%
Desenvolvimento Social	SEISP*	R\$ 974.152.863,00	R\$ 674.182.726,00	69%
	SENAPRED	R\$ 99.890.656,00	R\$ 96.574.951,00	97%
Esporte	ABCD	R\$ 8.050.804,00	R\$ 5.889.789,00	73%
	SNEAR	R\$ 105.470.325,00	R\$ 90.278.026,00	86%
	SNELIS	R\$ 451.892.172,00	R\$ 232.192.887,00	51%
	SNFDT	R\$ 10.139.353,00	R\$ 7.808.972,00	77%
SE	SAGI	R\$ 13.293.317,00	R\$ 1.449.351,00	11%
TOTAL		R\$ 1.662.889.490,00	R\$ 1.108.376.702,00	67%

Outras atribuições da Diretoria estão associadas ao auxílio na implementação de mecanismos de controle, fiscalização, monitoramento e avaliação da gestão financeira e para a uniformização das atividades de prestação de contas e de tomada de contas especiais.

A Diretoria é responsável pela análise financeira das prestações de contas dos projetos aprovados e pela instauração de Tomada de Contas Especial (TCE), inclusive dos recursos executados no âmbito da Lei de Incentivo ao Esporte.

Em 2020, até o mês de setembro, foram analisadas conclusivamente 415 prestações de contas, sendo 111 de projetos contemplados pela LIE.